



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA DOS MORADORES DO CONJUNTO
HABITACIONAL MUCAJÁ**

MACAPÁ-AP

2014

Hélida dos Santos de Souza

**UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA DOS MORADORES DO CONJUNTO
HABITACIONAL MUCAJÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Ms. Adriana Tenório.

MACAPÁ-AP

2014

Hélida dos Santos de Souza

**UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA DOS MORADORES DO CONJUNTO
HABITACIONAL MUCAJÁ**

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a Ms. Adriana Tenório da Silva

Membro: Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto

Membro: Prof. Ms. Marcos Vinicius de Freitas Reis

MACAPÁ-AP

2014

UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL MUCAJÁ

Hélida dos Santos de Souza¹
Adriana Tenório²

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de analisar as representações sociais transmitidas pelos jornais macapaenses (Diário do Amapá e G1 Amapá) acerca dos moradores do Conjunto Habitacional Mucajá. Na primeira parte, se realiza uma abordagem sobre os jornais, seu surgimento e suas características. Na segunda seção, se efetiva uma reflexão a respeito da teoria das representações sociais (TRS). Na terceira parte, apontam-se alguns aspectos referentes ao Conjunto Habitacional Mucajá. Posteriormente, se discute os conceitos de violência e criminalidade. E por último, apresenta-se a análise das matérias dos jornais.

Palavras-chave: Representação, Mídia Jornalística, Mucajá, Violência, Crime

AN ANALYSIS OF MEDIA REPRESENTATION OF THE RESIDENTS OF THE HOUSING MUCAJÁ

ABSTRACT: This article aims to analyze the social representations conveyed by macapaenses newspapers (Daily Amapá and G1 Amapá) concerning the inhabitants of the Housing Complex Mucajá. The first part takes place on an approach newspapers, their emergence and characteristics. In the second section, a discussion is carried around the theory of social representations (TRS). In the third item, point out some aspects related to housing development Mucajá. Subsequently, it discusses the concepts of violence and crime. Finally, it presents the analysis of materials from newspapers.

Keywords: Representation, News Média, Mucajá, Violence, Crime

1. INTRODUÇÃO

Construídas e compartilhadas socialmente, por intermédio de relações diretas ou indiretas (televisão, rádio, jornais, internet), as representações sociais se inserem dentro do contexto social, cultural e histórico de sua produção. Elas são imprescindíveis, pois enquanto forma de saber, interpretação, pensamento e julgamento de algo, administram nossa relação e vivência com o mundo, orientando e organizando nossas práticas.

O jornal em suas diversas modalidades compõe a mídia, integrando os meios de comunicação da sociedade. As mensagens e discursos propagados pelos jornais, entendidos como informação, fazem parte do conjunto das representações sociais.

A violência e o crime são constantemente transformados em notícia e representados pelos jornais, contribuindo para o compartilhamento social de visões, julgamentos e ideias referentes a estes temas. (RONDELLI, 1998)

¹ Concluinte do curso de graduação em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Contato: helida_souza@hotmail.com

² Professora Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e orientadora da presente pesquisa. Contato: adrianatenorio@gmail.com

Em Macapá, algumas vezes os jornais divulgam a eclosão da violência e do crime no Conjunto Habitacional Mucajá. Assim, pergunta-se: de que forma os moradores do Conjunto Habitacional Mucajá são representados pelos jornais macapaenses?

2. A MÍDIA, OS JORNAIS E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Como meio de comunicação, a informação é a característica dos jornais mais reconhecida pela sociedade em geral. Atualmente há jornais impressos, telejornais e web jornais. Nessa análise, optou-se pelo jornal impresso e web jornal como fonte de pesquisa.

Com a invenção da prensa gráfica de Johan Gutenberg de Mainz em 1450, dois séculos depois, em torno de 1650, surgiu o jornal impresso³ na Europa. Ele nasceu como complemento de livros. Assim, lançavam-se jornais de cunho acadêmico para informar sobre livros publicados recentemente. Ainda nessa mesma época, a publicidade passou a adentrar os jornais, que anunciavam peças teatrais, corridas e as primeiras marcas de produtos. (BRIGGS & BURKE, 2004)

Nesse momento, Amsterdã se destacou como o maior centro europeu de jornais. Após 1662, o jornal *Gazette d'Amsterdã* passou a oferecer informações a respeito de negócios, críticas relacionadas à Igreja Católica e ao governo. Deste modo, a leitura de jornais foi vista como perigosa pela Igreja católica e pelo governo. A igreja demonizava o hábito de ler jornais, chegando a aplicar inquisição aos seus leitores. O governo considerava que a leitura de jornais encorajava as pessoas comuns a criticarem o governo. Por isso, a leitura dos jornais deveria ser submetida à supervisão.

O hábito da leitura de jornais modificou o comportamental e o pensamento social. O surgimento dos jornais incentivou as pessoas a lerem em voz alta, fosse tomando um café ou trabalhando, denotando a importância de se manter informado e ler, o que conferia status. Também várias pessoas liam as notícias quase ao mesmo tempo, contribuindo para criar grupos de conversas e discussão entre os leitores. No século XIX, os leitores dos jornais começaram a ser tratados como público nacional nas matérias, estimulando o aparecimento de uma consciência nacional para os europeus, demonstrando a influência exercida pelos jornais.

O jornal, assim como hoje, variava de acordo com o público. Havia desde jornais acadêmicos até jornais para pessoas com pouca instrução. Jornais que a mulher era o público alvo. Jornais para fazer propaganda de governos ou desvinculados de quaisquer partidos

³ O designer do jornal impresso é chamado de tipografia.

políticos. Como mostra Briggs & Burke (2004), os jornais se estruturavam para atingir um determinado público.

Diante dessas considerações sobre os jornais, se percebe que eles se tornaram parte importante do cotidiano das pessoas. O jornal desde sempre se mostrou capaz de influenciar os pensamentos e os comportamentos da sociedade, por exemplo, ao incitar a criação da representação da nacionalidade para os europeus e ao induzir a leitura em voz alta.

Cerqueira (2006) considera que o jornal se configurou como o primeiro âmbito midiático característico de massas. No século XIX, o jornal pôde penetrar mais na sociedade ao enfatizar o viés informativo. Ademais, as notícias passaram a ser baseadas em fatos reais, o que fez com que o jornal se tornasse um negócio rentável. Paradoxalmente, ainda nesse século, apareceu um jornal de caráter sensacionalista, transformando a informação em mercadoria.

A qualidade da informação atraiu a credibilidade pública, baseada na precisão e exatidão das notícias dos jornais. Isso está pautado nos “compromissos” primados pelos jornais: notícia verídica e concisa, análise contextualizadora, compromisso ético, neutralidade e imparcialidade e espírito crítico.

Os jornais em seus diferentes formatos (telejornais, web jornais e impressos) passaram a integrar a mídia. A palavra mídia é de origem grega e quer dizer meios de comunicação. Porém seu significado não mostra que ela é imparcial e direcionada. É nesse sentido que Giannotti afirma: “A mídia tem dono, tem classe e interesses de classe a defender. Estes interesses não são os do povo, obviamente”⁴. (GIANNOTTI, 2006, p. 40)

Isso ocorre, segundo Giannotti, mediante a apresentação da notícia *nua e crua*, de modo aparentemente neutro, omitindo as causas e a forma como ocorre um fato, ou simplesmente, mentindo. Com relação ao MST, os jornais escondem a estrutura latifundiária que persiste no Brasil desde a época das *sesmarias*, porque milhares de pessoas não possuem um lote de terra, enquanto poucos possuem grandes latifúndios.

Em suma, os jornais e a mídia em geral, integram a sociedade e são reflexos dela. A partir das opiniões, ideias e concepções defendidas e difundidas nas manchetes, o público as

⁴ Isto pode ser verificado quando observamos que os jornais se põem contra ou a favor de determinados assuntos e quando explicitam alguns temas, excluindo outros que contrariem os seus interesses. Por exemplo, apresentam-se contra a reforma agrária, caracterizando os integrantes do Movimento Sem Terra (MST) como “invasores” de terras e “violentos”, atribuindo-lhes responsabilidade criminal e deslegitimando o MST. (ANDRADE, 2003)

apreendem, as transformando em representações, ou seja, a partir do contato com o que é disseminado pelos jornais, o público passa a ter visões de mundo sobre determinados temas e estas influenciam sua percepção e conduta.

3. A PRODUÇÃO SOCIAL DAS REPRESENTAÇÕES

Para pensarmos sobre a teoria das representações sociais devemos ter em mente a coexistência do indivíduo e da sociedade, pois as representações sociais decorrem das relações sociais que os indivíduos realizam no ato de viver, em suas experiências cotidianas.

Elias (1994) concebe que a sociedade e os indivíduos existem ao mesmo tempo. Para ele, as representações sociais são constituídas nas relações que os indivíduos estabelecem em sociedade.

Ele cita algumas visões que separam a sociedade e o indivíduo. A concepção comum define o indivíduo como a pessoa singular e a sociedade como a pluralidade de pessoas. Outro pensamento isola totalmente a sociedade dos indivíduos. Um diz que a sociedade surgiu antes e independentemente do indivíduo. O outro afirma que o indivíduo passou a existir antes e independentemente da sociedade.

Na verdade, estes exemplos de Elias remetem a crítica que ele faz à delimitação de campos científicos específicos: a psicologia e a sociologia. A primeira estaria incumbida de estudar o ser humano singular e a segunda estudaria a pluralidade de indivíduos. Segundo ele, as duas ciências são complementares, pois a estrutura psicológica e a estrutura social são inseparáveis. Para mostrar essa complementaridade ele criou o conceito de *habitus*.

Este designa o modo como a sociedade é compreendida e o modo como os indivíduos se enxergam: “auto-imagem e a composição social” (ELIAS, 1994, p. 9). O *habitus* é a exteriorização dos comportamentos (hábitos) dos indivíduos dentro do contexto de evolução histórica das sociedades, dependendo das relações estabelecidas com os grupos sociais, isto é, a complementaridade entre a psicologia (indivíduo), a sociologia (indivíduos) e a história.

Assim, Elias explica o motivo de não ser verídico pensar indivíduo e sociedade separadamente. O indivíduo só tem a identidade constituída de indivíduo a partir das relações com os outros indivíduos. Portanto, a sociedade só existe enquanto sociedade se for de indivíduos.

O fundamento para a existência do indivíduo é exposta por ele quando descreve o desenvolvimento humano. A criança ao ter o contato primário com a família, aprende muitas coisas. Uma delas é a língua. Nesse sentido, Elias afirma que o ser humano só é inteiramente humano ao aprender uma língua. O aspecto vocal e auditivo da língua é uma característica biológica natural do ser humano, mas que só pode ser desenvolvida socialmente. Por isso Elias argumenta que a língua vincula a natureza e a sociedade.

A língua tem caráter representacional, pois como meio de comunicação, ela orienta o conhecimento. Sendo assim, podemos entender o significado (símbolo), a representação de inúmeras palavras através da aprendizagem e utilização da língua. Se não vivêssemos na companhia de outros indivíduos, não aprenderíamos e não necessitaríamos da língua, portanto, não conheceríamos o significado das coisas, a sua representação. Assim, só se conhece alguma coisa, porque os indivíduos deram nomes para elas, as representaram simbolicamente no mundo.

O processo de entrar em contato com os outros nas relações sociais é que faz o indivíduo ser indivíduo, pois das relações sociais o indivíduo aprende a falar, aprende o significado e as representações das coisas. Se não aprendesse a falar, pareceria com um animal. Assim, o que aprende decorre da interiorização do conhecimento da sociedade que está inserido, das relações com os outros indivíduos, mas é algo que pertence a ele.

Elias caracteriza a formação dos indivíduos assim: “Os seres humanos são parte de uma ordem natural e de uma ordem social” (ELIAS, 1994, p. 41). O que Elias chama de “ordem natural” são os impulsos, desejos, instintos, a “verdade interior” inerente ao homem, que é pressionada pela “ordem social”, a das relações sociais, para que os indivíduos sejam modelados e tenham essa “verdade interior” apaziguada. Ele argumenta que a pressão da ordem social sobre a ordem natural é algo imperceptível pelos indivíduos.

Segundo Elias, uma das condições vitais para a existência humana são as “leis sociais” ou “regularidades sociais”, que possibilita a formação da identidade dos indivíduos. Trata-se de relações de interdependência, onde os indivíduos se relacionam e dependem do exercício de ações uns dos outros, formando e mantendo uma interdependência contínua e mútua.

Deste modo, das relações sociais com os indivíduos na sociedade, nas relações de interdependência, no contato com os indivíduos que a representação social é construída. É pelo caráter relacional das representações sociais, segundo o pensamento eliasiano, através do

contato com a rede, que Elias descreve como “a totalidade da relação entre indivíduo e sociedade”. (ELIAS, 1994, p. 30).

Como Elias, Bourdieu também utiliza o conceito de *habitus* em sua teoria. Elias recorre à história para explicar a mudança dos *habitus* dos indivíduos. De maneira diferente, Bourdieu concebe o *habitus* como incorporação da estrutura social, afastando a historicidade de suas análises.

Bourdieu entende que as representações são produzidas em contato com a estrutura social. Deste modo, aborda o tema das representações sociais buscando equilibrar a ação dos agentes, assim como a pressão das estruturas sociais sobre estes.

Bourdieu (1996) critica o modo como as pesquisas no campo da Sociologia vinham sendo realizadas por meio de duas correntes, o objetivismo e o subjetivismo⁵, contrárias ao que ele denomina *filosofia da ação*, uma orientação teórica e prática para a pesquisa. Tentando ultrapassar essa dicotomia entre as duas correntes, Bourdieu investiga a articulação entre as ações dos agentes e as estruturas sociais. Segundo ele, a ação é estruturada por campos e os agentes são orientados/pressionados pelo *habitus* que incorporam ao longo da vida.

O *habitus* é produto da forma como os sujeitos incorporam as estruturas sociais e da sua posição social, isto é, são modos de perceber, sentir e agir incorporados pelos agentes sociais em contato com a estrutura social, inscrevendo-se na mente (percepções) e no corpo (comportamentos, gestos).

Segundo Bourdieu, a experiência individual de cada um é exercida em função da posição social que ocupa e do campo, concorrendo para a formação do seu subjetivo. O *habitus* é a transformação da estrutura social para estrutura mental. Assim, os indivíduos agem moldados pela estrutura social incorporada, por um *habitus*. A ação prática é resultante dele, modificado em conformidade com as mudanças sociais e históricas, que conseqüentemente alteram também as percepções dos agentes. Portanto, o conceito de *habitus* de Bourdieu é crucial para entender as representações sociais, pois articulando a ideia de “pensamento e ação” dos agentes, circunscrito pelo *campo social* que eles se posicionam, é a própria representação social articulada e materializada.

⁵ O objetivismo reduz os agentes sociais, destacando que a estrutura social o transcende, ou seja, a ação do indivíduo é determinada de fora para dentro. E o subjetivismo enfatiza os indivíduos como seres autônomos, conscientes e racionais em suas ações, ou seja, a ação do indivíduo é assentada de dentro para fora.

A interposição entre agente e estrutura acontece no que Bourdieu chamou de *campo social*. O *habitus* constitui e é referido a cada campo, que são espaços onde o *habitus* se exterioriza.

O campo social é caracterizado por apresentar uma estrutura própria e autônoma de funcionamento, de hierarquizações, onde os diferentes campos se influenciam mutuamente e regulam as relações entre as pessoas. É no campo social que os agentes sociais travam lutas para aquisição de bens simbólicos, por conseguinte, a conquista de posições sociais.

Os bens Bourdieu intitulou de capital. A posse dos diferentes tipos de capitais (capital global), que exercem diferenciada importância em razão do campo social situado, determina a estrutura de ocupação nos espaços sociais. A posição ocupada no espaço social (político, econômico, cultural, religioso, científico, midiático) e o contato que se tem com ele permite a construção das representações sociais.

Ao modo como espaço social é ocupado, alguns sociólogos intitulam de classes sociais. Porém Bourdieu diz que elas não existem. Ele afirma que o emprego do termo classes sociais é meramente explicativo. O que ele tenta designar, pessoas ocupando a mesma posição no espaço social, se dá apenas no plano virtual, pois os espaços sociais são espaços de diferenças e de princípios de diferenciação (“gostos, disposições e propriedades”). Assim, a palavra classe indica a diferença, isto é, a existência e subsistência de indivíduos ou grupos que ocupam posições diferentes no espaço social.

Se para Elias o *habitus* é a exteriorização do comportamento de acordo com o contexto histórico e as relações sociais, para Bourdieu o *habitus* é elemento que diferencia e separa os agentes dentro dos campos sociais, porque enquanto uma forma de pensamento e ação, ou seja, uma representação, somado ao campo social (detenção ou não de bens), oferece suporte para que os indivíduos estabeleçam diferenças e classifiquem, tornando-se *diferenças simbólicas*, abrindo espaço para dominação.

Assim sendo, os espaços sociais (campo) são estruturas de diferenças, examinadas através da distribuição do poder e detenção dos capitais. No campo, os agentes sociais agem em defesa de seus interesses. Nesse sentido, torna-se campo de poder, porque os agentes possuidores de capitais mobilizam-se para dominar e monopolizar o campo.

A dominação acontece de diversas maneiras. Pode ser física (sobre os corpos), coerção mental (sobre os pensamentos), violenta (sob a forma de autoridade), ou não explícita, mas violenta. É o que Bourdieu chamou de *violência simbólica*, percebida como legítima até pela vítima, intrínseca ao sistema, onde as práticas das instituições colaboram com os grupos hegemônicos, impondo a cultura dominante e reproduzindo o *habitus*, as desigualdades sociais nos modos de falar, pensar, opinar e agir.

O Estado regula o funcionamento de cada campo social por intermédio de intervenções financeiras (investimentos, políticas públicas) e intervenções jurídicas (leis que regem os comportamentos individuais e de organizações). Por isso, Bourdieu diz que a origem do Estado seguiu-se da unificação dos campos sociais (econômico, escolar, político), constituindo o Estado como detentor legítimo da violência física e simbólica, onde se mistura com outros campos, os domina e garante sua dominação. (BOURDIEU, 1996)

O sistema penal é o campo que garante a concretização da violência física e simbólica do Estado, pois como detentor de títulos (policial, advogado, juiz) e posse de arma de fogo, possui *poder simbólico*, poder este que lhe permite combater a violência com o uso da própria violência. Um poder invisível, executado pela cumplicidade dos que compõem o sistema penal e também das pessoas que são passíveis da ação dele, se legitimando como combatador de crimes e promovedor da segurança social.

Assim, o campo penal domina os “criminalizados” e é dominado pelo Estado. A criminalização atribuída pelo Estado ao sistema penal contribui para a construção e fomentação de representações sociais referentes à atividade penal, os crimes e quem o pratica, que se direcionam simbolicamente sobre a sociedade similarmente aos interesses do Estado, garantindo sua dominação.

Assim como Bourdieu, Jodelet considera que a produção das representações sociais depende dos contextos sociais e culturais dispostos, bem como da posição ocupada ou das funções desempenhadas pelos indivíduos.

Jodelet (1989) argumenta que embora a representação social seja algumas vezes intitulada de “senso comum”, referente ao saber popular, ela possui uma relevância científica enquanto objeto de estudo, em razão de possibilitar a compreensão dos fenômenos, dos pensamentos e das relações sociais, nos permitindo apreender a sociedade.

Para ela, as representações sociais são essencialmente importantes na vida individual e coletiva, pois enquanto uma forma de saber, “conhecemos” o mundo que estamos inseridos, de modo que nos adequamos, nos conduzimos e nos situamos nele, nos auxiliando a compreendê-lo.

Ela afirma que as representações sociais são uma rede de significações sobre algo, que serve para gerir a prática na sociedade com os outros indivíduos, na forma de direção e coordenação das condutas. Elas se encontram em palavras, imagens e discursos (visões de mundo, julgamentos e ideias), formadas e partilhadas nas relações sociais cotidianas.

Para ter representação social, se necessita representar algo, o objeto, por alguém, o sujeito. As representações refletem as características de quem conhece (sujeito) e do conhecido (objeto). Jodelet considera as representações complexas, pois os objetos e os sujeitos são complexos. Representar alguma coisa consiste num ato de pensamento efetuado pelo sujeito, que se expressa ao interpretar o objeto. Ao objeto, que pode ser uma pessoa, uma coisa, um acontecimento, uma ideia, um lugar, o sujeito o interpreta, impondo-lhe significados e símbolos.

Em razão das representações serem mais ou menos comuns aos indivíduos, se transforma em elemento de coesão social. Assim sendo, interferem na transmissão dos conhecimentos ou saberes, definição de identidades de pessoas ou de grupos sociais. Deste modo, Jodelet considera que devemos pensar em que condições sociais as representações sociais são produzidas, propagadas e com qual objetivo.

Assim como Jodelet, Junqueira entende que as representações sociais são percepções compartilhadas coletivamente nas relações sociais, tornando-se fator de coesão social.

Junqueira (1998) considera que uma das formas de estimular a constituição das representações sociais é pela mídia, que difunde ideias, comportamentos e estereótipos que circulam e permeiam a sociedade. Desse modo, a mídia fabrica, reproduz e dissemina representações sociais que sedimentam a compreensão que os indivíduos possuem de si e dos outros.

Mas não é mera absorção do que a mídia constrói e divulga. Há um processo de combinação do que a mídia representa e até certo ponto, do que o público pensa. Neste sentido, as representações sociais são desenvolvidas, reproduzidas e conservadas na sociedade através desse processo de interação e mistura. (JUNQUEIRA, 1998)

Como parte da mídia, um dos papéis sociais dos jornais é incitar a opinião pública, que é plural. Os jornais exprimem a opinião de grupos, organizações, economia, política, as disseminando e as representando na sociedade. É bastante complexo avaliar a influência das opiniões públicas e da mídia, porém é verídico que quanto mais se fala sobre um assunto, mais as pessoas sabem sobre ele e há mais chance de ser fomentado representações acerca dele, ou seja, a influência da opinião é ensejada em conformidade com o fato transformado em notícia. Por isso, a realidade é inseparável de sua representação na mídia, já que a realidade e a sua representação se produzem numa interação recíproca.

4. A VILA MUCAJÁ E O CONJUNTO HABITACIONAL MUCAJÁ

A migração esteve presente desde a origem da cidade de Macapá. As pessoas migravam em busca de assistência médica, educação e com o intento de se empregar. Chegando aqui, as opções de moradia eram limitadas pela renda que detinham. Sendo assim, muitos iam morar em locais distantes do Centro.

Em 1984, algumas pessoas passaram a ocupar uma área próxima ao Centro, porém insalubre, alagada, de baixada e em encosta de morro: o Mucajá, uma porção do bairro Santa Inês permeada por mucajazeiros.

Segundo Pereira (2000) as pessoas que habitavam a Vila do Mucajá eram oriundas dos interiores do Amapá e do Pará, não possuíam qualificação profissional, não tinham renda fixa e eram de baixo nível socioeconômico, no qual muitas eram subempregadas, vendendo pescados na orla fluvial. Eles sofriam com a falta de acesso aos serviços públicos.

Em torno do final de 1990 e início de 2000, a partir da precariedade da Vila do Mucajá, com a falta de infraestrutura, alagamentos, preocupação com a subida da água devido às chuvas e o risco de desabamento do barranco, começou a ser pensado o remanejamento dos moradores.

Foi construído o Conjunto Habitacional Mucajá, o primeiro empreendimento do PAC⁶ na cidade de Macapá, fruto de um convênio entre a Prefeitura de Macapá, sob a administração do então prefeito Roberto Góes (PDT), Governo Federal, à época o ex presidente Luís Inácio Lula da Silva e a Caixa Econômica Federal.

⁶ Pacto de Aceleração do Crescimento.

Em 2011 foram entregues 592 apartamentos aos beneficiários, distribuídos em 37 blocos. O critério principal para ser contemplado era que a família perfizesse no máximo 3 salários mínimos.

Desde então, o Conjunto Habitacional Mucajá passou a ser pauta de notícias dos jornais de Macapá. Observando-se a mídia jornalística macapaense, verifica-se que os temas abordados nas manchetes ligados ao Conjunto Mucajá são: ações sociais realizadas dentro dele, problemas em sua estrutura e a violência e o crime no conjunto.

Desde vila, já havia violência no Mucajá. (PEREIRA, 2000). Com a criação do Conjunto Habitacional Mucajá, nota-se que as matérias divulgadas em relação a ele na mídia jornalística macapaense, em grande parte relatam a ocorrência de violências e de crimes nele. Estas noticiam e representam o Conjunto Habitacional Mucajá e seus moradores. Deste modo, foi fundamental articular os conceitos de violência e crime com a presente análise.

5. VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

Sendo a criminalidade e a violência rotineiramente vivenciadas e debatidas na sociedade, os jornais as transformam em notícia. Com a difusão das notícias, na perspectiva de Junqueira (1998), oportuniza-se a construção de representações referentes a esses temas.

Algumas violências são consideradas descumpridoras das normas vigentes, o que lhes atribui o caráter de crime. E o tratamento aos crimes é de responsabilidade do sistema penal.

Etimologicamente falando, o termo “violência” vem do latim *violentia*, significando força, caráter violento ou bravura. Contudo, a violência varia em conformidade com o lugar, períodos históricos, pontos de vista e também no modo como as diferentes sociedades lhe tratam. (MINAYO, 2006)

Assim, o que é considerado violência no Brasil, não o é no Japão. As violências de hoje, não são as mesmas do passado. Até um tempo atrás, a violência doméstica não era considerada violência. O que pode representar uma violência para um sociólogo, não é concebido como tal por um advogado. Deste modo, há dificuldades para se definir o que é a violência. Nesse sentido, Minayo afirma:

A violência contemporânea muda de fisionomia e de escala porque é o produto de sociedades nas quais também mudaram a administração de todos os aspectos da vida social, a tecnologia e os meios de comunicação de massa (*mídia*). (MINAYO, 2006, p. 16)

Mas, comumente o uso da palavra violência está relacionado à ideia de força, exercido contra alguém ou alguma coisa de forma violenta. É a aplicação da força que dá a violência o aspecto de perturbador da ordem, conseqüentemente de crime.

Segundo o direito penal, as violências são “agressões, violências e vias de fato”. Nesse caso, violências designam ferimentos e vias de fato é algo mais imaterial. As duas estão ligadas quando dizemos que alguém foi jogado no chão, levou chutes, os cabelos foram arrancados. Já para o direito civil, a violência é coagir e forçar alguém a concordar com algo. Essas abordagens do direito designam casos precisos, referindo-se aos danos e à norma. Deste modo, a violência, juridicamente falando, varia em consonância com a norma. Tendo como referência a criminalidade, é notório que a violência seja bem definida e contornada, devido a existência de normas definindo e balizando o que ela é. No entanto, essa concepção, não dá conta de outros aspectos da violência.

De tal modo, Michaud define a violência de forma mais abrangente:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, ocasionando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD *apud* MINAYO, 2006, p. 11)

Desta maneira, esse conceito nos permite compreender as diversas faces que permeiam a violência, decorrente não só da interação com pessoas físicas, mas também do encontro com a máquina administrativa, organizações burocráticas. Ela pode ser realizada manualmente ou com o apoio tecnológico de fuzis. Pode ocorrer de forma visível ou silenciosa, rápida ou gradual. Pode desestabilizar alguém psicologicamente, desmoralizar, provocar lesões. Isso nos remete a violência simbólica de Bourdieu. Por outro lado, Minayo afirma que há mais visibilidade social para as violências físicas e roubos.

Segundo Minayo, influenciada pelos estudos de Hannah Arendt, a violência vem sendo concebida como imprevisível e caótica, isto é, está propensa a acontecer a qualquer momento, denotando um desregramento absoluto. Essa imprevisibilidade da violência lhe atribui o caráter de insegurança. As pessoas acreditam que tudo pode acontecer, que todo mundo é passível de desconfiança, tudo e todos são perigosos e ameaçadores, lembrando o estado de natureza de Hobbes, onde há uma guerra de todos contra todos.

O crime é uma construção cultural da sociedade, que assim como a violência, varia de acordo com o lugar e o tempo histórico. Nem toda violência é considerada crime. O sistema

penal, composto de Polícia, Ministério Público, Sistema Legislativo, Judiciário e Carcerário, objetiva combater a criminalidade. (NEPOMOCENO, 2004)

O “criminoso” não existe a priori. Existe o processo de criminalização, onde o indivíduo é “criminalizado”, sentenciado. Então, para que alguém seja criminalizado, primeiro se deve ter por base o que a lei diz ser crime. Depois, deve haver um processo operado pelas instâncias do sistema penal, que vão desde a polícia até o sistema penitenciário, para selecionar os descumpridores da lei.

Deste modo, podemos considerar duas formas de criminalização. A criminalização primária, que é baseada no que a lei diz ser crime. Conforme Nepomoceno, os crimes definidos em lei são direcionados, porque tendem a criminalizar os setores menos abastados da sociedade.

Já a criminalização secundária é desempenhada pela polícia militar e civil, Ministério Público, sistema judiciário e sistema prisional. Nepomoceno argumenta que a instância policial é a que mais exerce a seletividade, pois os policiais consideram alguém praticante de crimes e o abordam tendo em mente representações referentes ao “criminoso”. Por exemplo, ainda há a crença que pessoas que possuem tatuagem são criminosas. Assim como ainda há associação entre pobreza e criminalidade. Portanto, o sistema penal é seletivo tanto nos dizeres da lei, como em suas agências.

Para Rondelli (1998), os episódios de violência urbana aumentaram nas décadas de 70 e 80, ganhando destaque nos meios de comunicação, sendo noticiados geralmente nos jornais. O que estes relatam sobre o acontecimento da violência e o modo como utilizam para se reportar a ela, mobiliza a constituição de sentidos e significados a respeito dos fatos violentos, surgindo opiniões, imagens, juízos, valores e práticas aceitos e adotados pela sociedade.

Para as matérias dos jornais serem publicadas, elas são selecionadas, editadas, classificadas e recebem as opiniões do redator. Nelas são empregadas palavras, discursos e narrativas, que ao exporem e representarem a violência e o crime, atribuem sentido ao real, provocando um processo de apreensão e interiorização do que é divulgado, contribuindo para o posicionamento da sociedade e ações orientadas à violência, ao crime, quem o combate e quem o pratica. Desta forma, os jornais estendem a discussão em torno da violência e do crime para o espaço público, transmitindo e estimulando a construção de representações sociais relacionados a eles.

No Conjunto Habitacional Mucajá, ocorrem fatos de violência e de crimes, que são noticiados e representados pelos jornais de Macapá, oferecendo visibilidade para o local, os atores envolvidos e os acontecimentos, difundindo-se sobre a sociedade macapaense.

6. METODOLOGIA E ANÁLISE DAS MATÉRIAS

No intento de analisar a representação midiática dos moradores do Conjunto Habitacional Mucajá, optou-se por fazer pesquisa documental, tendo como fonte os jornais impressos macapaenses. Desta forma, o critério para a construção do *corpus*⁷ da pesquisa era que as matérias tivessem sido publicadas no decorrer do ano de 2013 e fizessem alusão ao Conjunto Mucajá e/ou ao morador dele.

No acervo da biblioteca pública de Macapá, Elcy Lacerda Julião Ramos, foi possível encontrar as manchetes do jornal Diário do Amapá. Deste, escolheu-se seis matérias. Os outros jornais impressos estavam com as edições incompletas. Então, procurou-se a sede dos jornais, porém houve dificuldades de acesso. Por esse motivo, para completar o *corpus* da pesquisa, optou-se pelo G1 Amapá, um web jornal, elegendo-se quatro matérias dele.

Depois da seleção dos documentos, passou-se a realizar leituras e com isso, se teve as primeiras impressões. Seguiu-se, assim, o trabalho de análise textual. Por meio desse processo, ocorreu a categorização através do isolamento de palavras ou conjunto de palavras e a classificação concernente ao que elas indicavam: o lugar Mucajá ou o morador dele. Deste modo, alcançou-se uma representação simplificada dos dados, como demonstra o quadro 1. Posteriormente, segue-se a análise individual de cada matéria.

QUADRO 1

Lugar	Moradores	
bloco 23 e 22 (refúgio)	“Bibão”	esfaquear
esconderijo	“Bebê”	ficha criminal
medo	“Cabeça”	“soldados do tráfico”
insegurança	fuga	bandidos
região sitiada	refugiado/foragido	traficantes
bocada	esconder	assalto coletivo
tiros	renderam	criminosos/crime/ação criminosa
revólver/armas	apossaram/tomavam	vagabundos
violência	assaltar	ganguê

⁷ Laurence Bardin afirma que o corpus “é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. (BARDIN, 2006, p. 96)

crime	arrastão	bando
latrocínio	ameaçaram	quadrilha
agressões	amedrontar	marginal
assassinato	desafiam	elemento
tráfico de drogas	apreendido/preso	rival
assalto	alvejado	acerto de contas
abandono	represália	acusado
discussão	chutes	vítima
pedágio	tapas	suposto/suspeitos
	socos	latrocida
	matar	flagrante
	assassinar	indiciado

Matéria 1⁸: “Bibão” mata homem que tentou impedir assalto

Na capa do jornal é empregado o termo “latrocida”, indicando a prática (crime) de Salastiel Cardoso Corrêa, lhe atribuindo o crime de “latrocínio” como se fosse uma característica inerente a ele. Este termo também é empregado de um modo que o criminaliza sem o processo que deveria ser realizado pelas instâncias do Sistema Penal. O termo “preso em flagrante” complementa esta ideia de criminalização prévia, em razão de que se depreende que a circunstância da prisão concorre para a condenação instantânea de “Bibão”, isto é, o jornal o criminaliza informalmente, antes dele ser investigado e sentenciado.

O assalto e o assassinato através de “tiro” (latrocínio) representam a violência nesta matéria. Após o crime de latrocínio (roubo, seguido de morte) que o “elemento”, que já teve “várias passagens pela polícia” possivelmente cometeu, ele foi encontrado no Conjunto Mucajá pelos policiais, apresentado na matéria como lugar de “refúgio” para pessoas que cometem crimes. Assim, desta representação do lugar Mucajá, foi lhe atribuído o símbolo de que abriga e/ou onde mora pessoas que praticam crimes.

Na matéria, Salastiel é chamado de “Bibão”. Quando observamos os discursos policiais na mídia, percebemos que são utilizados apelidos para se referir a pessoas que compõem gangues, cometem crimes e atos violentos. Sendo assim, a utilização de apelidos estigmatiza o indivíduo.

Matéria 2: Mucajá Sitiado-Bandidos tentam matar rival dentro do apartamento

⁸ Da primeira à sexta matéria são pertencentes ao Jornal Diário do Amapá

A palavra “onda” utilizada na capa do jornal lembra a agitação da água do mar. O uso deste termo juntamente com a palavra “mantém” está atrelado à violência, demonstrando que esta ocorre em abundância, cotidiana e incontrolavelmente no Conjunto Habitacional Mucajá. A violência é representada nesta matéria através da palavra “tiros de revólver” em que Lucas foi “alvejado” por dois “elementos”, ou seja, é a lesão corporal.

Esta matéria descreve uma “tentativa de assassinato” que ocorreu no bloco 23 investigada pela Polícia Civil. Em razão desse acontecimento o Mucajá estava “sitiado”, cercado por policiais. Os homens que tentaram assassinar são chamados de “elementos”, algo que se repete nas matérias e característico da linguagem policial, que descaracteriza e abrandando o indivíduo morador do Mucajá, por causa do descumprimento a lei, a prática de crime.

Em outro momento se caracteriza as pessoas envolvidas nesse acontecimento da seguinte forma: “todos tem alguma ligação com o tráfico de drogas” e foi verificada a “ficha criminal” da “vítima” (“esteve presa”) e dos “suspeitos” (“bandidos”), assinalando que tanto os acusados, como a vítima, são pessoas que cometem crimes. Ao motivo provável para o acontecimento, na matéria se diz que foi um “acerto de contas”, o que denota conflitos mútuos e rivalidades entre os moradores do Mucajá.

O depoimento de uma moradora, que não é identificada, segundo a matéria “por motivo de segurança”, no Mucajá se vive de “portas fechadas”, por “medo” dos “marginais”. Em seguida é dito que “apenas um muro separa o conjunto do quartel”. Esses argumentos acentuam ainda mais a insegurança do local, porque simbolicamente os que praticam crimes, deveriam se intimidar com a presença da polícia, o aparato de combate à violência e promoção da segurança social do Estado.

Matéria 3: Polícia ocupa Mucajá; sete pessoas são presas

Nesta matéria descreve-se o “mandado de busca e apreensão” da Justiça do Estado realizado no conjunto. Participaram da “operação”: “60 homens da Polícia Militar” (BOPE⁹, BRPM¹⁰ e 1º Batalhão). Subentende-se por essa descrição a imagem da criminalidade do local, pois demandou essa quantidade de policiais, com diferentes especialidades e habilidades, fundamentada numa ação conjunta e planejada (“operação”), deixando a “região (Mucajá) sitiada” por policiais.

⁹ Batalhão de Operações Especiais

¹⁰ Batalhão de Rádio Patrulhamento Motorizado

Segundo a matéria, o objetivo da ação da polícia seria “localizar e apreender ‘armas e drogas’, além de prender pessoas ligadas a ‘crimes’ de ‘assalto’ e ‘tráficos’ de drogas”. O objetivo se concretizou: “crack, cocaína e maconha”, “um revólver calibre 38” e “sete pessoas foram presas”. A descrição dessas coisas encontradas e das pessoas presas no conjunto representam os acontecimentos no Mucajá (“assaltos”, “tráfico de drogas” e “crime”) e quem mora nele, estigmatizando o local e o morador.

Como parte da “operação”, foi realizada no conjunto uma “varredura”. Em outros discursos jornalísticos, a palavra “varredura” também é utilizada como sinônimo de revista, realizada principalmente na prisão. Portanto, comparou-se o Mucajá com a prisão. Esse ato, de modo simbólico desqualifica o conjunto, lhe atribuindo sentido pejorativo, porque o comparando a cadeia, define o Mucajá como lugar de pessoas que cometeram crimes, o que é indicado no restante da matéria. A “varredura” também esconde a *violência simbólica* que os moradores sofrem com a presença da polícia no conjunto, pois tem suas intimidades e cotidianos incomodados com as averiguações que ocorrem dentro dos apartamentos em operações como a que a matéria descreveu.

Matéria 4: Traficantes ameaçam moradores após saída da polícia

Esta matéria foi publicada no dia posterior a matéria 3 (17/04/2013), para mostrar a consequência da ação da polícia no conjunto. Segundo a matéria, na noite após a “devassa do BOPE”, houve “‘represália’ por parte dos ‘traficantes’”. Os “soldados do tráfico”, como são designados na matéria, entraram em quatro blocos “gritando nos corredores que os ‘alcaguetes’ que entregaram a ‘bocada’ iriam pagar pela graça”. O termo “soldados do tráfico” e as ações realizadas por eles descritas acima, a “represália”, como é denominada no texto, representam eles como um grupo que além de comercializarem drogas, possuem poder sobre a área, pressionando e aterrorizando os moradores para garantirem sua dominação.

O termo “traficantes” utilizado criminaliza os envolvidos com a comercialização de drogas, assim como mostra o crime de tráfico de drogas como se fosse um atributo inerente para quem participa dele.

A violência é representada pela agressão física (“chutes e socos”) que duas moças sofreram, uma forma de repressão porque elas haviam denunciado uma pessoa. Um morador discursa da seguinte forma: “estamos com medo de que pessoas possam ser ‘mortas’ aqui a qualquer momento”. Essas descrições acentuam o medo, o terror, a insegurança existente no

Mucajá, alarmando não só os moradores, mas também os leitores macapaenses. Essa frase remete a como comumente se concebe a violência: caótica e imprevisível.

Matéria 5: Gangue do Mucajá faz arrastão na orla durante a madrugada

A utilização do termo “‘gangue’ do Mucajá” no título da matéria denota o pertencimento dos jovens ao conjunto e a sua identidade grupal (“gangue”), que são caracterizados por agir com “extrema violência”. O “bando” é composto de 15 “criminosos”, segundo a matéria. Percebe-se que mais uma vez, essas pessoas são criminalizadas informalmente pelo jornal sem a sentença do juiz e o crime é apresentado como atributo inseparável delas.

Verifica-se que o uso da palavra “arrastão” significa que o roubo aconteceu de forma intensa e combinado com violência, ao ponto de na matéria o fato ter sido comparado ao que ocorre no “Rio de Janeiro”, o que acentua o estigma de que esses jovens que moram no Mucajá são violentos e perigosos.

O depoimento de uma pessoa que estava na orla diz o seguinte: “Até as cubas de cerveja das pessoas levaram no arrastão. Eu levei pelo menos dois ‘tapas’ no rosto desses ‘vagabundos’”. Esta declaração relacionada à “gangue do Mucajá” manifesta: primeiro, roubam qualquer coisa, não dispensam nada; segundo, agem com violência; terceiro, são vistos com maus olhos e desaprovados pela depoente, que lhes atribui o símbolo de “vagabundos”.

Nesta matéria mais uma vez o conjunto é caracterizado como lugar de refúgio para pessoas que cometeram crimes, especificamente o bloco 23, aonde foram presos os “criminosos” depois do “arrastão”. É dito também que houve a “ação ‘rápida’ da polícia”, remetendo a idéia de que esses homens são perigosos e devem ser presos o quanto antes, para ideologicamente garantir a segurança social e que os policiais são eficazes (heróis).

Matéria 6: Bandidos cobram pedágio de R\$ 5 e R\$ 10 no Mucajá

A matéria decorre da denúncia de um morador, que teve a preservação da sua identidade, pois tem “medo de represália”, conforme está explícito no texto. Segundo o depoimento dele, após algumas “operações” da polícia, diminuiu o tráfico de drogas, porém surgiu uma nova forma de ação: “o pedágio do crime”. Isso revela o aparato policial com uma

imagem positiva, pois fez com que enfraquecesse o tráfico de drogas, e os “traficantes” com imagem negativa, já que reagiram com outro crime à ação da polícia.

A descrição da localização do Mucajá o mostra de forma desqualificada, pois apesar de pertencer a “área nobre da cidade” por ficar próximo ao Centro de Macapá e perto do “Comando Geral da Polícia Militar”, é permeado de “práticas criminosas”, (“tráfico de drogas, assaltos, assassinatos e até arrastões”), coisas ideologicamente típicas da periferia e favela. Isso remete à concepção do crime como característica intrínseca das classes pobres.

Na matéria se faz uma espécie de comparação entre os moradores do Mucajá, os que cobram pedágio (“os marginais”, “os caras”) e os que pagam (“o que chega da escola, do trabalho”). Estes últimos, “o cidadão”, se não pagarem, “acabam apanhando”. Percebe-se que o morador que pratica crimes, não é considerado cidadão, portanto, é desqualificado. Então, a violência aparece nessa matéria como sendo o pagamento do pedágio de R\$ 5 ou R\$ 10 (roubo) e também a agressão física como repressão pelo não pagamento do pedágio (“apanhar” dos “marginais”).

Matéria 7¹¹: Menor é apreendida suspeita de matar o padrasto em Macapá

O assunto dessa matéria é o assassinato ocorrido no Conjunto Habitacional Mucajá de um homem de “43 anos” pela “menor de 15 anos”, que deu uma “facada no peito” dele, mostrando que a “menor”, apesar da pouca idade, foi capaz de “matar o padrasto”, mais velho que ela. A idade dela e a sua ação aludem à juventude do Mucajá, envolvida em crimes.

A relação entre os dois, “padrasto” e enteada e a “discussão” que ocorreu, denota o Mucajá como um espaço de hostilidade, de conflitos, até mesmo entre pessoas que moram na mesma casa.

Assim, a noção de crime nesta matéria descrita acima é centrada pelas palavras “esfaquear”, “matar” e “assassinar”, que representam a violência realizada com crueldade e brutalidade.

Matéria 8: Madrugada de domingo registra dois homicídios em Macapá. No residencial Mucajá, um homem foi assassinado com um tiro na cabeça.

¹¹ A partir da sétima matéria são pertencentes ao web jornal G1 AP.

A matéria descreve um assassinato que ocorreu no Conjunto Mucajá. O texto enfatiza o que aconteceu da seguinte forma: “‘a vítima’ (‘um homem de 42 anos’) e o ‘suposto autor do crime’ ‘ingeriam’ bebida alcoólica”. Travaram “uma luta corporal”. O “suposto” deu um “golpe” com “garrafa” na “vítima”. Em relação ao “tiro” que foi evidenciado no título da matéria, não foi descrito quando e como ele aconteceu. Logo após, só é dito que “a vítima não resistiu aos ferimentos e ‘morreu’”.

Como na matéria 7, a violência é apresentada aqui como demonstração de força, pelo caráter cruel e brutal, através de agressões físicas (“luta corporal”, “golpe com garrafa” e “tiro”), que culminou num homem “assassinado”. Por essa razão, o lugar Mucajá é indicado como lugar de pessoas hostis e violentas.

Matéria 9: Moradores reclamam do abandono no Conjunto Mucajá, em Macapá.

Nesta matéria se solicita alguns serviços para o conjunto, como a “capina” e a “iluminação”. É afirmado que o “mato alto”, situado próximo ao “bloco 23”, serve de “esconderijo” para “pessoas mal intencionadas”, “pessoas que querem praticar assalto”. E a precariedade da iluminação, segundo a síndica Marilúcia Penha, “facilita a ação de ‘marginais’”. Simbolicamente temos a imagem do perigo no Mucajá (espaço escuro e encoberto por matos), aludindo ao medo.

Desta conjuntura, os moradores requereram outro serviço: “policimento itinerante” e “rondas policiais”. Somado aos serviços que foram solicitados para o local, a palavra “abandonado” utilizada no título da matéria, o apresenta como um lugar de inúmeros problemas. Sobretudo, problemas ligados à violência e crimes.

Matéria 10: Após assassinato, moradores cobram reforço policial no Conjunto Mucajá

Na matéria anterior se pedia “policimento itinerante”. Essa matéria descreve que os moradores do Mucajá, depois da ocorrência de um “assassinato” na área, solicitavam novamente “rondas policiais”, indicando o medo, a insegurança. Nesse sentido, a síndica do conjunto afirma: “na área acontecem ‘muitas brigas’, ‘agressões’ e ‘assaltos’”. Desta frase, compreende-se que o Mucajá é permeado por conflitos, violências e crimes.

A solicitação de “rondas policiais todos os dias nos períodos da manhã, tarde e noite” remete à concepção presente em muitas matérias analisadas, onde a presença da polícia representa simbolicamente a segurança.

Contudo, a síndica diz haver outro fator para a violência: “a aglomeração” gerada pela “comercialização de alimentos”. Para ela “aglomeração” é sinônimo de “confusão”... que pode dificultar o trabalho da polícia”. Em outro trecho, no depoimento de um policial, ele argumenta que “é importante que a população denuncie”... para que a ‘polícia’ faça um trabalho ‘eficaz’”. Nestas considerações, vemos mais uma vez a demonstração da polícia como “herói”.

Deste modo, o Mucajá tem o símbolo de lugar turbulento, de “confusão”, sem obediência às regras, pois é proibido vender alimentos no conjunto, mas se vende, além de ser local de violências e de crimes. Desse panorama, no G1 AP é divulgado em menos de um mês duas solicitações de policiamento para o local.

7. Considerações finais

Com a análise das matérias pôde-se constatar que há representação do Conjunto Mucajá e dos moradores dele nos textos jornalísticos. São representações que culminam na mesma imagem do morador e do lugar, porém o modo de representá-los é diferente.

Em todos os momentos da análise, as violências foram apresentadas pelos jornais em sentido restrito, designando o emprego da força que causa dano (aos bens: “assalto”, “pedágio” ou ferimentos: “esfaquear”, “assassinar”, “agressões físicas”) a alguém.

Quanto à representação do lugar, no G1 AP o Mucajá é mostrado como um lugar de inúmeros problemas (“abandonado”), com carência de serviços (iluminação, capina e policiamento), de acontecimentos violentos e criminosos (“assassinatos”, “assaltos”, agressões físicas) e inseguro. No Diário do Amapá, o Mucajá é representado como um lugar permeado por conflitos (“acerto de contas”), violências e crimes (“assaltos”, “tráfico de drogas”, agressões físicas), de “criminosos”, por isso também inseguro. Em razão dessas circunstâncias, no Mucajá acontecem várias intervenções da polícia (“Mucajá sitiado”, “operação”). O Mucajá também é mostrado como objeto de refúgio para pessoas que cometeram crimes, especialmente os blocos “22” e “23”. De acordo com os discursos das matérias que caracterizam o Conjunto Habitacional Mucajá, todos o define como lugar de violências e de crimes, praticados e provocados por indivíduos que residem no conjunto, contra quem mora lá ou se encontra próximo a ele.

No web jornal G1 AP, a técnica empregada na escrita das matérias em que se representa os moradores envolvidos em crimes e violência é eufêmica, pois eles não são

identificados. Contudo, eles são mostrados pelas suas práticas: “esfaquear”, “luta corporal”, “agressões”, “brigas”, “tiro”, “assassinar”, mostrando que são violentos e que cometem crimes. Segundo a fala da síndica, a única pessoa identificada nas matérias, no Mucajá ocorrem “muitas agressões e assaltos”... e há “ação dos ‘marginais’”. Nesses trechos, não é claro se essas situações são ocasionadas por moradores do Mucajá, no entanto, no Diário do Amapá há algumas matérias que não se identifica o morador do Mucajá que concede a entrevista, não sendo explícito se os depoentes pediram anonimato ou se os jornalistas tomam essa decisão por conta própria. Somente é evidenciado que há medo de repressão. Nos dois jornais, nos casos de anonimato, são citados o sexo e a idade dos entrevistados.

Já a técnica utilizada no jornal Diário do Amapá é típica da seção da qual faz parte, “policial”. Nos textos são apresentados os nomes, apelidos e práticas dos “acusados” e das “vítimas”. Os moradores mostrados em acontecimentos de crimes e violência são nomeados por estereótipos e preconceitos referentes ao “criminoso”: “marginais”, “bandidos”, “vagabundos”, “elemento”, que desqualificam o morador do Mucajá. É afirmado também que alguns moradores possuem “passagens pela polícia”, acentuando o estigma do “criminoso” pela reincidência. Atrelado ao uso de palavras como: “latrocida”, “traficantes”, “assaltantes”, “criminosos”, o Diário do Amapá atribui os crimes praticados pelos moradores do Mucajá de “tráfico de drogas”, “assalto”, “assassinato”, “arrastões” como inseparáveis aos seus atores e os criminaliza informalmente. Nessas circunstâncias, lembra-se da reflexão de Bourdieu (1996) referente à influência dos campos sociais uns sobre os outros. É evidente nas passagens acima, a influência que o campo penal exerce sobre o campo jornalístico, onde a elaboração das matérias veiculadas pelos jornais macapaenses sobre crimes e violência no Conjunto Mucajá depende de informações primárias buscadas junto ao sistema penal, principalmente com policiais. Deste modo, o campo jornalístico reproduz e dissemina as representações e estereótipos que os operadores do sistema penal possuem referentes ao crime e quem o realiza.

Assim, a representação dos moradores do Mucajá realizada pelos dois jornais é arquitetada tendo como base a prática da violência, culminando no crime. Desta forma, o modo de mostrar e relatar os fatos no Mucajá, demarcam os seus moradores como violentos e criminosos, até certo ponto os desumanizando e os demonizando. Por outro lado, à exemplo de uma matéria não incorporada no *corpus* da pesquisa, que diz “Mais uma no Mucajá”, referindo-se a um furto ocorrido, banaliza a violência e o crime no Mucajá, denotando que

eles são praticados corriqueiramente e que as pessoas já esperam isso dos moradores de lá. Nesse sentido, Rondelli em relação à mídia afirma: “esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos de violência”. (RONDELLI, 1998, p. 149).

Das representações veiculadas pelos jornais macapaenses referentes aos moradores do Conjunto Habitacional Mucajá são produzidos símbolos, que estereotipam e rotulam a imagem dos moradores como: “violentos, criminosos e perigosos”. Essa representação lembra a concepção de Junqueira (1998), que compreende que a mídia jornalística com suas notícias, atua na produção, reprodução e disseminação de representações sociais, fundamentando entendimento que os indivíduos possuem dos outros, no caso, a compreensão que se tem dos moradores do Mucajá.

A difusão dessas representações por intermédio dos jornais macapaenses suscita medo, insegurança e exclusão social (segregação), incentivando e justificando políticas de controle social sobre o lugar Mucajá e seus moradores. Nos dois jornais, em todas as matérias utiliza-se a palavra “polícia”. Algumas vezes esse uso é ligado a solicitações de policiamento para o Mucajá. Isso é realizado em razão da polícia representar simbolicamente a segurança. Essas solicitações revelam também que os próprios moradores do Mucajá pensam que as violências e os crimes só podem ser diminuídos/excluídos com o uso da própria violência e sem outras intervenções do Estado, por exemplo, com políticas públicas não punitivas.

Os jornais macapaenses noticiam e difundem representações criminosas e violentas dos moradores do Conjunto Habitacional Mucajá de modo simples e reducionista, mas não se sabe a história de vida desses moradores, o contexto econômico, político, cultural que estão inseridos e de que modo esses fatores contribuíram para a eclosão da violência e do crime.

Deste modo, levando em consideração a teoria de Bourdieu (1996), verifica-se o poder simbólico que a mídia jornalística detém sobre a sociedade, ou seja, poder de falar e ser acreditada em vários âmbitos sociais. Por outro lado, pensa-se que a aplicação de políticas públicas que não fossem essencialmente punitivas, manifestaria outra representação para o Conjunto Mucajá, menos vinculada à violência e ao crime.

Referências

- ANDRADE, Vera Regina Pereira. Sistema Penal e Cidadania no Campo... *In: Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima...* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. A Revolução da Prensa Gráfica em seu Contexto. *In: Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, cap. 1, p. 26-81.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico; O Novo Capital. *In: Razões Práticas – Sobre a Teoria da Ação*, Campinas, SP: Papyrus, 1996. cap. 1 e 2, p. 13-52.
- CERQUEIRA, Luiz Egypto de. A Observação como Forma de Intervenção. **PUC Viva**, SP, vol. 7, nº 25, p. 65-73, out. 2005 a mar. 2006
- ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. *In: A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. cap. 1, p. 11-60.
- GIANNOTTI, Vito. O Poder da Mídia e a Luta Pela Democratização dos Meios de Comunicação no Brasil. **PUC Viva**, SP, vol. 7, nº 25, p. 35-47, out. 2005 a mar. 2006
- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *In: Les Représentations Sociales*. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993. Disponível em: <<http://portaladm.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-emexpansao.pdf>>. Acesso em: 07 de fev. de 2014
- JUNQUEIRA, Lilia. **O Papel dos Media na Construção das Representações Sociais da Violência**. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 26, 1998, [S.l.], p. 1-20. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/699286e4ae53cadba906f7f8c9e332d6.PDF>>Acesso em: 07 de fev. de 2014
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O problema das definições; História e Sociologia da Violência. *In: Violência e Saúde*. [S.l.]: Fiocruz, 2006. cap 1 e 2, p. 7-41
- NEPOMOCENO, Alessandro. Teoria do Sistema Penal. *In: Além da Lei: A Face Obscura do Sistema Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- PEREIRA, Arlindo da Cruz. *et al.* **Perspectivas e Assentamento da Vila Mucajá**. 2000. 53 p. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2000.
- RONDELLI, Elizabeth. Imagens da Violência: Práticas Discursivas. **Tempo Social**, SP, v. 10, nº 2, p. 145-157, out. 1998. <<http://www.macapa.ap.gov.br/portal/mucaja/>>. Acessado em: 30 de out. de 2013.

ANEXOS

LISTA DE MANCHETES

Material: **Diário do Amapá e G1 Amapá**Período: **2013**Diário do Amapá

DIA	CADERNO	MATÉRIA
08/01 ter	polícia	“Bibão” mata homem que tentou impedir assalto
09/04 ter	polícia	Mucajá Sitiado - Bandidos tentam matar rival dentro do apartamento
17/04 qua	polícia	Polícia ocupa Mucajá; sete pessoas são presas
18/04 qui	polícia	Traficantes ameaçam moradores após saída da polícia
21/05 ter	polícia	Gangue do Mucajá faz arrastão na orla durante a madrugada
14,15/07 dom/seg	polícia	Bandidos cobram pedágio de R\$ 5 e R\$ 10 no Mucajá

G1 (g1.globo.com/ap/amapa)

DIA	MATÉRIA
12/06 qua	Moradores reclamam do abandono no Conjunto Mucajá, em Macapá
28/07 dom	Madrugada de domingo registra dois homicídios. No residencial Mucajá, um homem foi assassinado com um tiro na cabeça
29/07 seg	Após assassinato, moradores cobram reforço policial no Conjunto Mucajá
07/10 seg	Menor é apreendida suspeita de matar o padrasto após discussão